

TC 025.609/2024-6

Tipo: Acompanhamento

Unidade jurisdicionada: Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda

Proposta: diligência

## INTRODUÇÃO

1. Trata-se de Acompanhamento das ações propostas pelo Governo Federal para prevenir o roubo de dados dos apostadores e outros aspectos relativos à tecnologia da informação nas empresas autorizadas a explorar jogos com apostas de quota fixa (“*bets*”).
2. O Acompanhamento tem origem em Comunicação do Presidente deste Tribunal, Exmº Ministro Bruno Dantas, realizada em sessão plenária desta Corte de Contas em 2 de outubro de 2024.
3. A referida Comunicação (peça 3) contextualiza o cenário do mercado de *bets*, ou apostas de cota fixa de eventos esportivos, que, segundo relatório publicado em 10/9/2024 pela XP Investimentos, deve movimentar, em 2024, entre R\$ 90 bilhões e R\$ 130 bilhões (peça 3, p. 1).
4. Além disso o presidente noticia que, de acordo com um estudo da Strategy & Brasil, consultoria estratégica da PricewaterhouseCoopers, as apostas *online* desviaram recursos significativos do consumo no varejo, afetando a recuperação econômica do país, mesmo em um cenário de aumento de renda e recorde de empregos (peça 3, p. 1).
5. Já o relatório do Banco Central indica que, somente no mês de agosto/2024, 5 milhões de pessoas pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família gastaram R\$ 3 bilhões em *bets* via Pix (peça 3, p. 1).
6. Dessa forma, autorizou-se ação de controle para que a Secretaria-Geral de Controle Externo possa **conhecer e acompanhar** os custos envolvidos na saúde pública, o impacto no poder de compra das famílias e **as ações propostas pelo Governo Federal para prevenir**, por exemplo, a lavagem de dinheiro, **o roubo de dados dos apostadores** e o envolvimento de menores de idade (peça 3, p. 2).

## EXAME TÉCNICO

7. Inicialmente, registra-se que a Unidade de Auditoria Especializada de Tecnologia da Informação (AudTI), por meio da Diretoria de Avaliação de Segurança da Informação (Dasi), tem competência na matéria, conforme Anexo à Portaria-AudTI 2/2023, que define a **proteção de dados** como uma de suas áreas de atuação.
8. O Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA/MF), é o órgão responsável pelas áreas de apostas de quota fixa, promoções comerciais, sorteios filantrópicos, loterias e captação antecipada de poupança popular. Sua função é autorizar, conceder, regulamentar, normatizar, monitorar, supervisionar, fiscalizar e sancionar, nos termos da legislação vigente<sup>1</sup>.
9. A legislação prevê que as empresas de apostas precisam garantir a segurança cibernética para seus usuários, conforme a Lei 14.790/2023, que regulamenta a exploração da aposta de quota fixa e inclui os jogos *online* nessa categoria:

Art. 7º Somente serão elegíveis à autorização para exploração de apostas de quota fixa as pessoas jurídicas constituídas segundo a legislação brasileira, com sede e administração no território nacional, que atenderem às exigências constantes da regulamentação editada pelo Ministério da

<sup>1</sup> Secretaria de Prêmios e Apostas. Disponível em <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/secretaria-de-premios-e-apostas>. Acesso em 25/11/2024



Fazenda.

§ 1º A regulamentação de que trata o caput deste artigo disporá, pelo menos, sobre:

VII - requisitos técnicos e de **segurança cibernética** a serem observados pela infraestrutura de tecnologia da informação e pelos sistemas dos agentes operadores, com a exigência de certificação reconhecida nacional ou internacionalmente; (**grifou-se**)

10. Em breve pesquisa no site da SPA/MF (<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/secretaria-de-premios-e-apostas>), as principais normas que tratam a matéria são:

10.1. [Portaria SPA/MF 300/2024](#), que estabelece os requisitos para homologação das entidades certificadoras de plataformas de apostas e jogos online;

10.2. [Portaria SPA/MF 722/ 2024](#), que estabelece os requisitos técnicos e de segurança dos sistemas de apostas, bem como de suas plataformas de apostas esportivas e de jogos on-line, a serem utilizados por agentes operadores de loteria de apostas de quota fixa;

10.3. [Portaria SPA/MF 827/2024](#), que estabelece as regras e as condições para obtenção da autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa por agentes econômicos privados em todo o território nacional;

10.4. [Portaria SPA/MF 1.207/2024](#), que estabelece requisitos técnicos para funcionamento e homologação dos jogos on-line e estúdios de jogos ao vivo, um dos objetos de apostas da modalidade lotérica de aposta de quota fixa;

10.5. [Portaria SPA/MF 1.225/2024](#), que regulamenta o monitoramento e a fiscalização das atividades de exploração da modalidade lotérica de apostas de quota fixa e dos agentes operadores de apostas;

10.6. [Portaria SPA/MF 1.330/2024](#), que dispõe sobre as condições gerais para exploração comercial da modalidade lotérica de aposta de quota fixa no território nacional.

11. Nota-se que as portarias da SPA/MF fazem menção aos termos “segurança”, “segurança da informação” e “segurança cibernética”.

12. De acordo com o Glossário de Segurança da Informação da Portaria - GSI/PR 93/2021 , “segurança cibernética” é definida como as ações voltadas para a segurança de operações, visando garantir que os sistemas de informação sejam capazes de resistir a eventos no espaço cibernético, capazes de comprometer a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade dos dados armazenados, processados ou transmitidos e dos serviços que esses sistemas ofereçam ou tornem acessíveis.

13. Já o termo “segurança da informação” refere-se a ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações.

14. Com base nessas definições, conclui-se que o conceito de segurança da informação engloba a segurança cibernética, de modo que ao longo desta instrução será utilizada segurança da informação para tratar a matéria.

15. Na etapa inicial deste Acompanhamento, propõe-se conhecer e realizar avaliação preliminar das ações do Governo Federal para modificar positivamente o comportamento das *bets* na área de segurança da informação, em especial na prevenção do roubo de dados dos apostadores.

16. Os temas que serão abordados são os seguintes:

16.1. Governança e agenda regulatória;

16.2. Capacidade operacional;

16.3. Gestão de riscos;

16.4. Monitoramento, avaliação e comunicação de resultados.



17. Quanto à **Governança e agenda regulatória**, as informações necessárias às análises pretendidas são as seguintes:

17.1. a estratégia de intervenção regulatória e de fiscalização para garantir que as empresas autorizadas implantem controles para reduzir os riscos de segurança da informação a um nível de risco tolerado;

17.2. os indicadores de qualidade regulatória<sup>2</sup> relativos à segurança da informação que serão utilizados;

17.3. eventuais ações de fiscalização já realizadas que envolveram avaliações de segurança da informação nas empresas autorizadas;

17.4. os requisitos, critérios, métodos empregados e testes definidos que as empresas certificadoras devem utilizar para as avaliações de segurança da informação;

17.5. critérios para avaliar a qualidade do serviço executado pelas empresas certificadoras quanto às suas avaliações de segurança da informação nas empresas autorizadas.

18. Quanto à **Capacidade operacional**, as informações necessárias às análises pretendidas são as seguintes:

18.1. a estrutura (organograma e normativos) da SPA/MF (servidores, cargos em comissão, equipamentos) para atuar na regulação e supervisão das empresas autorizadas a explorar jogos com apostas de quota fixa nos aspectos de segurança da informação;

18.2. o quantitativo de recursos humanos alocados na SPA/MF para atuar na regulação e supervisão das empresas autorizadas a explorar jogos com apostas de quota fixa nos aspectos de segurança da informação;

18.3. os recursos orçamentários para as atividades de regulação e fiscalização dedicados à atuação no tema segurança da informação.

19. Quanto à **Gestão de riscos**, as informações necessárias às análises pretendidas são as seguintes:

19.1. o mapa dos riscos relacionados às atividades da SPA/MF de regulação e fiscalização no tema segurança da informação;

19.2. o mapa do nível de capacidade dos controles de segurança da informação atualmente implementados pelas empresas autorizadas a explorar jogos com apostas de quota fixa.

20. Quanto ao **Monitoramento, avaliação e comunicação de resultados**, as informações necessárias às análises pretendidas são as seguintes:

20.1. a abordagem de monitoramento, avaliação e comunicação dos indicadores relativos à segurança da informação dos entes regulados e usuários dos jogos com apostas de quota fixa (“bets”).

21. Portanto, é necessária realização de diligência à SPA/MF para obter as informações acima mencionadas no intuito de realizar a primeira etapa deste Acompanhamento.

## CONCLUSÃO

22. Nesta etapa inicial do presente Acompanhamento pretende-se conhecer e realizar avaliação preliminar das ações do Governo Federal para modificar positivamente o comportamento das *bets* na área de segurança da informação, em especial na prevenção do roubo de dados dos apostadores, de modo que deve ser realizada diligência à SPA/MF com o objetivo de obter informações relacionadas ao tema segurança da informação (parágrafos 11-21).

---

<sup>2</sup> **Qualidade Regulatória** é a promoção de uma regulação de alta qualidade e seu contínuo aprimoramento. Engloba aspectos políticos, institucionais, organizacionais, econômicos, sociais e ambientais, dentro de uma visão integrada de governo. Disponível em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br/acesso-a-informacao/qualidade-regulatoria>>. Acesso em 18/11/2024.



23. Apesar de existir delegação de competência do Ministro Relator aos titulares das unidades técnicas para efetuar diligências (inciso I do art. 1º da Portaria MIN-JPJ 2/2023), sugere-se o encaminhamento dos autos ao gabinete do Ministro Relator a fim de lhe dar conhecimento acerca do início da ação de controle que a AudTI pretende dar seguimento e que se apresenta nesta primeira instrução.

### **PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

24. Ante o exposto, submetem-se os autos ao gabinete do Relator, Ministro Jhonatan de Jesus, com as seguintes propostas:

24.1. realizar diligência, com fundamento no art. 157 do RI/TCU, à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente ao Tribunal:

24.1.1. informação sobre a estratégia de intervenção regulatória e fiscalização para garantir que as empresas autorizadas implantem controles para reduzir os riscos de segurança da informação a um nível adequado;

24.1.2. informação sobre os indicadores de qualidade regulatória relativos à segurança da informação que serão utilizados;

24.1.3. informação sobre eventuais ações de fiscalização já realizadas que envolveram avaliações de segurança da informação;

24.1.4. informação sobre os requisitos, critérios, métodos empregados e testes definidos para as avaliações de segurança da informação pelas empresas certificadoras;

24.1.5. critérios para avaliar a qualidade do serviço executado pelas empresas certificadoras no que diz respeito à segurança da informação;

24.1.6. a estrutura (organograma, composição e normativos) da SPA/MF (servidores, cargos em comissão, equipamentos) para atuar na regulação e supervisão das empresas autorizadas a explorar jogos com apostas de quota fixa nos aspectos de segurança da informação;

24.1.7. informação sobre se o quantitativo de recursos humanos alocados na SPA/MF são suficientes e possuem as habilidades e conhecimento necessários para atuar na regulação e supervisão das empresas autorizadas a explorar jogos com apostas de quota fixa nos aspectos de segurança da informação;

24.1.8. informação sobre se os recursos orçamentários alocados em 2024 são suficientes para a SPA/MF atuar nas atividades de regulação e fiscalização no tema de segurança da informação;

24.1.9. informação sobre se os recursos orçamentários previstos para 2025 são suficientes para a SPA/MF atuar nas atividades de regulação e fiscalização no tema de segurança da informação;

24.1.10. mapa dos riscos que podem comprometer a atuação da SPA/MF nas atividades de regulação e fiscalização no tema segurança da informação;

24.1.11. mapa do nível de capacidade dos controles de segurança da informação atualmente implementados pelas empresas autorizadas a explorar jogos com apostas de quota fixa;

24.1.12. informação sobre a abordagem de monitoramento, avaliação e comunicação dos indicadores relativos à segurança da informação dos entes regulados e usuários dos jogos com apostas de quota fixa (“bets”);

24.1.13. informação sobre a existência de outras normas ou regulamentos que digam respeito ao tema de segurança da informação além dos constantes no *site* dessa Secretaria, Portarias - SPA/MF 300/2024, 722/2024, 827/2024, 1.207/2024, 1.225/2024 e 1.330/2024;

24.1.14. indicação de servidor (nome, telefone e e-mail) com conhecimentos técnicos sobre regulação no tema segurança da informação para esclarecer dúvidas e prestar esclarecimentos adicionais sobre as informações e documentos encaminhados, com objetivo de construir



colaborativamente o entendimento da matéria;

24.1.15. outros comentários adicionais sobre a matéria, caso entenda pertinente, para contribuir com objetivo do presente acompanhamento;

24.2. encaminhar cópia da peça 3 e da presente instrução à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF) para subsidiar sua resposta;

24.3. enviar cópia da decisão que vier a ser adotada à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF).

AudTI/Dasi, em 27 de novembro de 2024.

*(Assinado eletronicamente)*

**Diego Oliveira Farias**

Matr. 10642-9